

Eventos do Ceará, em Fortaleza. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo administrativo nº2244100/2016 e nas normas e interpretação sistemática da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, em especial o art.25, inciso I FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016. VALOR GLOBAL: R\$15.000,00 (quinze mil reais) pagos em única vez DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos próprios da ADECE. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 03 de maio de 2016 SIGNATÁRIOS: Ferruccio Petri Feitosa- Diretor Presidente da ADECE; Juvenília Maria Ramalho Rolim-Gerente Administrativo-Financeiro da ADECE e José Xavier Leal Neto - Presidente da UNAMEL.

Roberta Rocha Rodrigues Cardoso  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nº DO DOCUMENTO 11/2016**

CONTRATANTE: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A – ADECE CONTRATADA: **MARCIO DE MESQUITA MOREIRA – ME**. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a **prestação dos serviços de higienização dos bebedouros**, tendo em vista a necessidade de mantê-los limpos, destinados à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE, sob demanda, conforme especificações discriminadas no Termo de Participação nº20160007 e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Cotação Eletrônica nº2016/07096, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto e processo administrativo nº2035098/2016 FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 09 de maio de 2017. VALOR GLOBAL: R\$600,00 (seiscentos reais) pagos em de acordo com fornecimento dos serviços DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos próprios da ADECE. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 09 de maio de 2016 SIGNATÁRIOS: Ferruccio Petri Feitosa-Diretor-Presidente da ADECE; Juvenília Maria Ramalho Rolim-Gerente Administrativo Financeiro da ADECE e Márcio de Mesquita Moreira- Sócio da MARCIO DE MESQUITA MOREIRA – ME.

Roberta Rocha Rodrigues Cardoso  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

**PORTARIA Nº0431/2016-GAB** - O SECRETÁRIO ADJUNTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº0968/2015-GAB, da lavra do Secretário da Educação do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado de 22 de outubro de 2015, **RESOLVE CESSAR OS EFEITOS, da Portaria nº1087/2015-GAB**, datada de 23 de novembro de 2015 e publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de fevereiro de 2016, que autorizou a prorrogação do afastamento para cursar Doutorado em Geografia, ministrado pela Universidade Federal do Ceará-UFC, da servidora **CAROLINE VITOR LOUREIRO**, matrícula 481029-1-3 lotada no(a) EEFM JOÃO PAULO II, a partir de 19 de outubro de 2015. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 08 de abril de 2016.

Armando Amorim Simões  
SECRETÁRIO ADJUNTO DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº0562/2016-GAB** - O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe conferem os incisos I e III do Art.93 da Constituição Estadual e com fundamento na Lei nº13.875, de 7 de fevereiro de 2007 e suas alterações, na Lei Complementar Nº137, de 23 de maio de 2014 e no Decreto Nº31.543, de 30 de julho de 2014, considerando a necessidade de imprimir maior celeridade às ações no cumprimento das atribuições de estabelecer diretrizes e de coordenar e executar políticas de educação, assegurando a manutenção e o desenvolvimento da Rede Estadual de Ensino, com vistas à oferta de Educação Básica com eficiência, qualidade e equidade, tendo a escola como ponto de partida, considerando o processo de descentralização estabelecido pela Lei Complementar Nº137, de 23 de maio de 2014, regulamentada pelo Decreto Nº31.543, de 30 de julho de 2014; considerando, ainda, a necessidade de garantir a alimentação dos alunos, a manutenção, a execução de projetos pedagógicos nas CREDE's, SEFOR's e Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, visando assegurar o seu pleno e eficaz funcionamento, **RESOLVE delegar** até deliberação posterior, observados os limites de competência inerentes a cada **SERVIDOR/FUNÇÃO**: a) ao Núcleo Gestor, acompanhado do

Conselho Escolar de cada Unidade de Ensino, no âmbito das escolas, aos Coordenadores de cada CREDE, aos Superintendentes de cada SEFOR, no âmbito destas unidades, designar a Comissão de Licitação, a qual poderá licitar na modalidade Convite/Chamada Pública para aquisições de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar, equipamentos e material permanente de pequeno porte, recuperação, ampliação, reforma e outros serviços/aquisições necessários ao funcionamento da Unidade Escolar/CREDE/SEFOR, ressaltando que o total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento), deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidade quilombolas, podendo a aquisição ser feita dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado local, em tudo observando-se os requisitos e disposições da Lei Federal nº11.947/2009, em especial o §1º do artigo 14 e, ainda, todos os termos das Resoluções do FNDE; b) à CREDE/SEFOR, interferir no processo de formação da referida Comissão de Licitação nas Unidades Escolares, excepcionalmente, nos casos de relevante divergência entre os membros do Núcleo Gestor e do Conselho Escolar ou, quando verificadas irregularidades no mencionado processo; c) ao Diretor da Unidade Escolar e a um de seus Coordenadores, na falta de um destes, o Secretário Escolar ou o Coordenador da CREDE/ Superintendente da SEFOR de sua abrangência, homologar os atos da Comissão de Licitação, ordenar despesas da Unidade Escolar, podendo firmar contratos, assinar cheques, realizar ordem bancária, transferências eletrônicas, pagamentos eletrônicos e outras modalidades autorizadas pelo Banco Central e autorizações referentes às despesas efetuadas e demais documentos pertinentes, nos termos do §1º do Art.6º, do Decreto nº31.543, de 30 de julho de 2014; d) ao Coordenador e ao Orientador da Célula Administrativo-Financeira - CEGAF das CREDE/SEFOR, na ausência de um destes, o Orientador da Célula de Desenvolvimento e Aprendizagem - CEDEA, homologar os atos da Comissão de Licitação, ordenar despesas oriundas de suas respectivas unidades, podendo emitir notas de empenho e liquidação, firmar contratos, assinar cheques, realizar ordem bancária, transferências eletrônicas, pagamentos eletrônicos e outras modalidades autorizadas pelo Banco Central e autorizações referentes às despesas efetuadas e demais documentos pertinentes, nos termos do §1º do art.6º, do Decreto nº31.543, de julho de 2014. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO, em Fortaleza, 10 de maio de 2016.

Antonio Idilvan de Lima Alencar  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº031/2014/  
PROCESSO Nº16207292-9**

I - ESPÉCIE: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº031/2014; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representado pelo Sr. ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR, Secretário da Educação; III - ENDEREÇO: Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: **CONSÓRCIO MORAIS VASCONCELOS E SOL II LTDA**, neste ato representada pelo Sr. BENÍCIO FELIZARDO DE VASCONCELOS, e pelo Sr. DAVID MORAIS VASCONCELOS, com a intervenção do DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, doravante denominado DAE ou INTERVENIENTE, neste ato representado por seu Superintendente, Sr. SÍLVIO GENTIL CAMPOS JÚNIOR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº031/2014, publicado no D.O.E de 24.02.2014, de acordo com o Processo nº16207292-9; V - ENDEREÇO: Fortaleza - CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: regulamentado no art.57, §1º, Inciso I, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, mediante as condições seguintes: VII- FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: O presente aditivo tem como finalidade **prorrogar o prazo de execução dos serviços e o prazo de vigência ao contrato**, ora aditado, que tem por objetivo a execução da OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO PANORAMA ARTESANAL PARA ADEQUAÇÃO DA ESCOLA DE HOTELARIA E GASTRONOMIA DO CEARÁ, parte integrante do Termo original, independentemente de transcrição, em Regime de Empreitada por Preço Unitário; IX - VALOR GLOBAL:; X - DA VIGÊNCIA: O prazo previsto na CLÁUSULA QUARTA que trata dos serviços a serem executados no contrato, ora aditado, terão o seu de execução dos serviços prorrogados por mais 191 (cento e noventa e um) dias, a partir de 24 de abril de 2016 até 31 de outubro de 2016 e o prazo de vigência prorrogada por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, a partir de 13 de maio de 2016 até 07 de janeiro de 2017; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais

